

História oral e história pública

Debates e tendências

Oral History and Public History

Debates and trends

ALESSANDRO CASELLATO *

TATYANA DE AMARAL MAIA **

RESUMO A proposta desse dossiê é reunir artigos fruto de pesquisas dedicadas às novas possibilidades de construção do conhecimento histórico promovidos pela História Oral e pela História Pública nos países latinos de Europa (principalmente Itália) e da América Latina (sobretudo, Brasil). Assim, busca-se compreender em que medida e como a relação entre História Pública e História Oral pode de fato contribuir com a produção do conhecimento histórico. Reunimos pesquisas que trabalhassem a dimensão relacional entre História Oral e História Pública, assim como trabalhos “em” História Oral e História Pública ou “sobre” História Oral e História Pública, tais como: o movimento da História Pública e suas relaciones com o movimento da História Oral;

* <https://orcid.org/0000-0002-0556-0803>
Università Ca' Foscari, Veneza
Malcanton Marcorà - Dorsoduro 3484/D, Calle Contarini, 30123 Venezia
a.casellato@unive.it

** <https://orcid.org/0000-0002-1558-2192>
Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Rua São Francisco Xavier 524, Maracanã, Rio de Janeiro, RJ
tatyanamaia@yahoo.com.br

a fonte oral na escrita da História e na sua comunicação pública; a História Oral e as demandas sociais no Tempo Presente; História Oral e Cultura digital; História Oral e migrações no Tempo Presente; História Oral, História Pública e Pandemia; História Oral e trabalho de memória; a História Oral e a História Pública nos Laboratórios e Grupos de pesquisa nas universidades e institutos de pesquisa ibero-americanos, portugueses, espanhóis e italianos.

PALAVRAS-CHAVE História Oral, História Pública, História e memória

ASBTRACT This dossier collects articles that resulted from research on the new possibilities for building historical knowledge in the context of Oral History and Public History studies in Latin American and Southern Europe countries. The authors aim at understanding to what extent and how the relationship between Public History and Oral History can actually contribute to the production of historical knowledge. We gathered research that addressed the relational dimension between Oral History and Public History, as well as works “on” Oral History and Public History or “about” Oral History and Public History, such as: the Public History movement and its relationships with the Oral History movement; oral source in the writing of History and in its communicating; Oral History and social demands in the Present Time; Oral History and Digital Culture; Oral History and migrations in the Present Time; Oral History, Public History and the Pandemic; Oral History and memory; Oral History and Public History in Laboratories and Research Groups at Iberian American and Southern Europe universities and research institutes.

KEYWORDS Oral History, Public History, History and memory

Este dossiê reúne artigos e entrevistas dedicados às temáticas da História Oral e da História Pública nos países latinos da Europa (principalmente, Itália) e latino-americanos (sobretudo, Brasil). Assim, reunimos um conjunto de pesquisas sobre como a relação entre História Pública e História Oral pode, de fato, contribuir com a produção do conhecimento histórico no Tempo Presente.

As últimas décadas do século XX foram marcadas pela emergência da História Pública, um conjunto de práticas diversas de produção de narrativas históricas voltadas para amplas e heterogêneas audiências não-acadêmicas em diferentes suportes (analógicos e digitais). O movimento iniciado nos Estados Unidos para enfrentar uma conjuntura de crise no mercado de trabalho destinado aos historiadores iria se expandir por diversos países ao redor do globo. Após duas décadas, temos uma profusão de práticas de História Pública e a História Oral se consolidou como uma metodologia potente no interior da História disciplinar. A História Oral requalificou as relações entre a História e a memória; favoreceu a incorporação de novos sujeitos na História e possibilitou a expansão da História do Tempo Presente. Por sua vez, o movimento da História Pública em diferentes países, longe de ser uníssono, ocorre de maneira situada, compartilhada e a partir de diferentes perspectivas institucionais e intelectuais.

O termo História Pública, apresentado por Robert Kelley, em clássico artigo-manifesto publicado no final dos anos de 1970, nos EUA, definia a capacidade dos historiadores de atuarem em múltiplos espaços não-acadêmicos produzindo narrativas históricas para amplas audiências. O que Kelley (1978) não podia prever naquele momento é que a História Pública ultrapassaria o conceito inicial de práticas de popularização da História para múltiplas audiências, requalificando e ampliando os modos de escrita da História com impactos importantes na sua função social e no papel dos Historiadores. Essas transformações na epistemologia da História sofreriam igualmente os deslocamentos provocados pelo forte desenvolvimento de uma cultura digital, da aceleração do tempo e da crise da modernidade no Tempo Presente (Rosa, 2015).

O fato é que a História Pública possibilitou o aparecimento de novas formas da escrita da História e mobilizou inúmeras reflexões sobre a relação entre a produção do conhecimento histórico e sua difusão para diferentes públicos. Trata-se de uma prática com enorme plasticidade, incluindo a produção de narrativas escritas, audiovisuais, orais sobre o passado, com predomínio do passado recente e o uso extensivo da internet e das redes sociais na última década.

O problema central que norteia esse dossiê é como a escrita da História no século XXI, a partir das contribuições da História Pública e da História Oral, vem dialogando com seus públicos e redimensionando quem são os públicos da História disciplinar. Além disso, também propusemos refletir sobre a construção de diferentes movimentos de História Pública a partir da experiência da História Oral.

A emergência política e social do testemunho ao longo do século XX favoreceu a complexificação das relações entre memória e História, ampliando os debates sobre a escrita da História e os usos políticos do passado no Tempo Presente. O avanço teórico-metodológico da História Oral permitiu uma requalificação do debate sobre a construção do conhecimento histórico, favorecendo a compreensão da nossa atividade como mais intermediária e, logo, mais compartilhável. A História Oral a partir de uma metodologia mais dialógica, cuja produção de significados depende da ação de dois protagonistas – o depoente e o entrevistador – trouxe contribuições importantes à compreensão da memória como matriz da História, incluindo debates sobre as memórias em disputa, o silenciamento das memórias das minorias, a elaboração das identidades, o trabalho de memória e a representância da narrativa histórica (Passerini, 1988; Pollak, 1989; Portelli, 1997; Ricouer, 2007).

Historiadores como Luísa Passerini (2011), Alessandro Portelli (1977), Michael Pollak (1989), Enzo Traverso (2012), Elizabeth Jelin (1988), Gabriella Gribaudi (2020), Paul Ricouer (2007) e, no Brasil, Ângela de Castro Gomes (2020), Marieta de Moraes Ferreira (1966), Verena Alberti (2004), José Carlos Sebe Bom Meihy (2002), se empenharam em demonstrar a capacidade da História Oral na construção de uma História Social da Memória rigorosa e crítica, que valorizasse as trajetórias dos grupos socialmente excluídos da História – tradicionalmente baseada em documentos escritos por setores institucionalizados da sociedade (Estado, Igreja, instituições, empresas, sindicatos, partidos políticos). Para estes pesquisadores, era preciso considerar a emergência de múltiplas vozes no espaço público que reclamavam o direito de serem ouvidas e de terem suas memórias valorizadas.

Ao mesmo tempo, no campo historiográfico, a renovação da História Política, da História Cultural, a reinserção do indivíduo na História, a revalorização da curta e média duração, o uso de outras fontes para além do documento escrito possibilitaram a reabilitação do Tempo Presente na História. A consagração da História do Tempo Presente, HTP, demandou um longo processo entre os historiadores empenhados em demonstrar as singularidades e potencialidades desse novo lugar de atuação e produção de conhecimento. Sobretudo na França, historiadores como Bedarida, Rousso, Rioux, Pollak iriam se empenhar na definição de uma HTP como campo de pesquisa específico e não apenas como desdobramento mais recente da História Contemporânea. E a institucionalização da História do Tempo Presente como campo específico terá, nos estudos de memória e da História Oral, poderosos aliados.

A questão da memória invadiu o espaço público nos anos de 1970 e 1980, tornando central o debate sobre os usos do passado por diversos atores sociais. Diante do avanço das chamadas “políticas de memória”, dos usos e abusos do passado, dos negacionismos históricos, os historiadores se viram acossados a repensar o papel da memória e suas relações com a História. A memória, entendida como uma representação atualizada do passado, estabelece relações complexas com a História, que vão desde a contribuição ao trabalho do historiador até a concorrência e a oposição direta, censurando a História ou contribuindo para a promoção de esquecimentos e recalques. A clássica obra de Pierre Nora, dedicada aos lugares de memória na França, possibilitou a consolidação da memória como objeto da História. Michael Pollak, por seu turno, trouxe a contribuição de que, para além da dupla binária memória e esquecimento, era preciso considerar o lugar do silêncio, como prática de resistência das minorias, que aguardavam o momento propício para fazer emergir seus discursos, momento este em que haveria uma possibilidade de escuta empática para suas experiências. Será através das reflexões de Paul Ricœur que a memória será reabilitada como matriz da História. Ao tratar da representação do passado, Ricœur nos chama atenção para o fato de o historiador acessar apenas os registros disponíveis numa relação indireta com as experiências que pretende tratar. A História sofre uma

ausência de reconhecimento, reconhecimento que apenas as testemunhas, por terem vivenciado determinada experiência, são capazes de retratar, a partir dos seus lugares de atuação no momento do vivido. Diante dos acontecimentos limites, a representação historiográfica do passado deve buscar os testemunhos dos protagonistas, sem descuidar dos aspectos críticos no manejo com esses depoimentos. A História Oral seria fundamental como instrumento de análise das memórias circulantes na sociedade. Paul Ricouer propõe um trabalho de memória a ser realizado pelo historiador em substituição ao dever de memória, considerando que esta ação favoreceria a construção de um trabalho crítico para o historiador, que, ao se apropriar das categorias de Freud, poderia contribuir para evitar as “patologias sociais da memória”, notadamente a “obsessão pelo passado”. A estreita relação entre representação do passado, memória, narrativa e testemunho propicia a compreensão da memória como matriz da história. A representação historiográfica carece aqui de uma construção epistemológica do conhecimento na qual se intercambiam aspectos críticos, éticos e políticos do historiador.

A transformação operada nos últimos 30 anos, brutalmente acelerada a partir da pandemia de covid-19, quando o espaço público esteve confinado ao virtual, provocou um questionamento acerca do sentido da história como disciplina acadêmica e do papel social do historiador. Afinal, quem é o historiador no Tempo Presente? Qual a função social da História? Quem é o seu público? Ao longo do século XIX e grande parte do século XX, a preocupação na construção e consolidação da História como ciência impulsionou o desenvolvimento de uma escrita da História acadêmica, voltada para os pares e distanciada do processo de vulgarização do saber histórico. Mais recentemente, os processos de avaliação e internacionalização da pesquisa, introduzidos na universidade no âmbito das reformas da governança de inspiração neoliberal, estão enfatizando ainda mais a distância entre os produtos da historiografia acadêmica e o público não especializado. Ao mesmo tempo, a apropriação e circulação de narrativas históricas por “entusiasmados praticantes comuns” em ambientes digitais com intensa interação e

participação do público têm provocado mudanças na cultura histórica das sociedades contemporâneas.

A consolidação da História Oral, com o avanço de suas inflexões teóricas e metodológicas, instrumentalizou os historiadores dedicados ao movimento da História Pública na relação com os públicos, a escrita da História e as formas de interação com diversas audiências, inclusive o compartilhamento da autoridade na construção do conhecimento histórico (Frisch, 2016). Ao mesmo tempo, a História Oral contribuiu para a consolidação da perspectiva da História para além da dimensão cognitiva, incluindo aspectos éticos e políticos na epistemologia da História (Ricouer, 2007; Casellato, 2021).

A História Pública, entendida como movimento, irá reorientar a relação com os seus públicos, se relacionar diretamente com as questões de memória e, preferencialmente (ainda que não exclusivamente), se dedicará ao Tempo Presente e às demandas sociais, propondo um fazer histórico para o público, com o público, pelo público e História e público (Santhiago, 2016). Na melhor das hipóteses, permite “ampliar o leque de questões de pesquisa e conhecimento que podem surgir não só dos arquivos, mas também da cooperação com as comunidades, de suas visões do passado e de suas narrativas” (Bertucelli, 2025, p. 170).

É através da História Oral e da História do Tempo Presente que a História Pública irá se expandir no Brasil, consolidando algumas ideias-força que marcam a especificidade da institucionalização da História Pública entre nós: a ampliação e participação ativa das audiências; o engajamento; o compromisso ético e político; a defesa da democracia; o diálogo com as minorias sociais. Além disso, observa-se um processo de institucionalização da História Pública que segue os passos conhecidos no surgimento de uma nova prática que parte das universidades, mas quer avançar para além dos seus muros, criticando qualquer pretensão de monopólio das narrativas do passado

Quando toma forma institucional na Itália, a História Pública é introduzida com o termo inglês *Public History*: ela se apresenta como “nova”, marcando suas ligações com as experiências anglo-saxônicas e com o campo da História Digital, e colocando em segundo plano as

experiências nacionais anteriores de história participativa, civil ou militante, que também têm raízes muito antigas e de ampla difusão fora do espaço acadêmico. Hoje, na Itália, a relação entre História Pública e História Oral é estreita, estrutural e, em parte, assimétrica: a História Oral é uma metodologia de pesquisa histórica consolidada, baseada na produção e interpretação de fontes orais, que forneceu à História Pública instrumentos, práticas e sensibilidades, enquanto a História Pública ofereceu à História Oral novos espaços de circulação pública, institucional e midiática.

Em particular, a revolução digital deu nova vida e maior audiência às fontes orais coletadas no passado (fala-se em “reutilização” das fontes orais de acordo com os princípios FAIR¹). Além disso, permitiu experimentar novas formas de comunicação não escrita que valorizam a dimensão sonora da história através de conteúdos áudiodigitais, que podem ser ouvidos através da Internet, em computadores ou dispositivos móveis (podcasts), ou instalações sonoras digitais ligadas a locais como museus, sítios históricos e espaços públicos que o público explora fisicamente. Este dossiê busca compreender as possibilidades da História Oral e da História Pública diante das demandas societárias atuais e a função social da História e dos Historiadores no Tempo Presente. Foram selecionados 13 artigos para compor o dossiê e duas entrevistas. O dossiê conta com a participação de autores de diferentes nacionalidades e filiações institucionais, demonstrando a potência e a diversidade da História Oral e da História Pública na atualidade. Considerando o elevado número de artigos, iremos realizar uma brevíssima apresentação de cada um deles, convidando o leitor a um voo panorâmico pelo dossiê.

O artigo “História oral e história pública nas ações do Instituto Ernesto de Martino nos anos 60 e 70”, de Chiara Paris, explora uma das experiências mais importantes e antigas da História Pública na Itália, na

1 Os princípios FAIR são um conjunto de diretrizes internacionais para a gestão de dados de pesquisa, formuladas em 2016, com o objetivo de tornar os dados mais úteis, reutilizáveis e confiáveis ao longo do tempo. FAIR é um acrônimo que significa: Findable (localizável) – Accessible (acessível) – Interoperable (interoperável) – Reusable (reutilizável).

qual a História Oral se constituiu como prática de pesquisa, intervenção política e construção de arquivos participativos. O Instituto Ernesto de Martino foi um projeto nascido nos anos 60, que fazia uso das novas tecnologias de gravação e reprodução de som. Tinha um mandato arquivístico muito forte: coletar, ordenar e conservar materiais políticos e culturais que, de outra forma, estariam destinados à dispersão, para devolvê-los como patrimônio compartilhado e instrumento de pesquisa. No Instituto Ernesto de Martino, o jovem Alessandro Portelli teve suas primeiras experiências de coleta e produção de fontes orais.

O artigo “*L'oralità nello spazio della storia pubblica del lavoro*”, de Stefano Bartolini, nasce das experiências de um historiador envolvido há 15 anos no maior e mais antigo sindicato italiano, a Confederação Geral Italiana do Trabalho (CGIL). Ele reconstrói a genealogia dos “usos” da História Pública na tradição do movimento operário internacional para definir um campo específico de “história pública do trabalho” e mostra, por meio de exemplos concretos e experiências inovadoras, como o uso público do passado passa a fazer parte das estratégias de resistência dos trabalhadores e trabalhadoras, chegando assim a tocar a História Pública.

O artigo “*Storia Orale e Public History a scala di quartiere: Esperienze, questioni e orizzonti per la conoscenza storica della città contemporanea*”, de Giulia Zitelli Conti, discute como a História Oral e a História Pública podem contribuir para o conhecimento da cidade contemporânea (com Roma como caso de estudo), tanto produzindo e organizando fontes úteis para a pesquisa e para o público, quanto construindo percursos participativos de conhecimento histórico coletivo. A autora reconstrói uma cadeia de pesquisas desde os anos 60 em diante, muitas vezes entrelaçadas com lutas sociais e práticas de pesquisa-intervenção. Ela se concentra principalmente no tema da “restituição”, que requer equilíbrio entre a negociação com as testemunhas e a autonomia interpretativa da pesquisa.

O artigo “*Fare storia orale nel Cile dell'Estallido social: Tra nostalgie del fordismo e memorie della dittatura di Pinochet*”, de Camillo Robertini, reflete sobre seu trabalho de pesquisa histórica no Chile

(2020-2023), mostrando como, no contexto da História Recente latino-americana, a história é uma matéria “viva” e disputada publicamente e a História Oral, por sua natureza, introduz o imprevisto e pode revolucionar um projeto de pesquisa, revelando o que, em um determinado momento histórico, é mais urgente ouvir.

O artigo “Descolonizar a História Oral: memória, cronótopos e criptocolonialidades”, de Leandro Seawright, é dedicado à reflexão sobre a História Oral a partir do olhar decolonial, propondo um cuidado epistêmico necessário ao se pensar as relações entre história e memória. A proposta é a produção de História Oral que se perceba emancipatória a partir das especificidades do Sul Global.

O artigo “Que História Pública fazemos? Reflexões teóricas, metodologias de pesquisa e institucionalização da História Pública brasileira no Programa de Pós-Graduação em História Pública da Universidade Estadual do Paraná, campus de Campo Mourão (UNESPAR)”, escrito por Thiago Granja Belieiro e Marcos Eduardo Meinerz, analisa a construção da História Pública no Brasil a partir da Rede Brasileira de História Pública e do Programa de Pós-Graduação em História Pública no Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual do Paraná. Trata-se do primeiro PPGH especializado em História Pública. O impacto da História Oral na História Pública no Brasil pode ser percebido pelo número elevado de dissertações que trazem a metodologia da História Oral como base na construção das pesquisas.

O artigo “De cronistas do Terceiro Mundo a veteranos da memória Produção e Circulação do Testemunho Internacionalista entre o Brasil e Moçambique (décadas de 1970 a 2020)”, de Julimar del Carmem Mora Silva, vai se debruçar sobre o internacionalismo solidário socialista no processo de independência de Moçambique e os usos de suas memórias na construção de práticas de História Pública. O artigo propõe compreender as memórias desses personagens mergulhados numa experiência utópica coletiva no processo de construção do socialismo em Moçambique.

O artigo de Larissa Campos de Medeiros, “Bastidores da ciência brasileira: Vozes para uma história pública no século XXI”, parte de uma história oral temática para compreender a equipe de apoio de instituições

científicas brasileiras enquanto instituição que compreende o processo científico e suas formas de divulgação, contribuindo para o processo de desenvolvimento da ciência brasileira e sua relação com a sociedade.

O artigo “Memórias educacionais em vídeo, da história oral à história pública”, dos pesquisadores Gianfranco Bandini e Stefano Oliviero, destaca a importância da História Oral na construção de uma História pública da educação, a partir das experiências e vivências gravadas em vídeo e disponibilizadas no repositório digital www.memoriascolastica.it. Para os autores, a História Oral permite observarmos as subjetividades e experiências vividas na história da educação.

O artigo “Escutas sensíveis e plurais: Deslocamentos de uma História Oral Pública”, de Marta Rovai, Livia Moraes Garcia Lima e Igor Lemos Moreira, traz como reflexão central a potência da História Pública na reconfiguração do campo historiográfico, a partir do compromisso ético e político da História na defesa dos direitos humanos e da cidadania. Dentro da tradição da História pública engajada no Brasil, o artigo pretende potencializar as vozes subalternizadas, trazendo para a epistemologia da História a importância de uma escuta qualificada dos sujeitos históricos no Tempo Presente.

O artigo “História pública, corpo-oralidade e pesquisa participativa com professoras/es de História”, de Hosana de Nascimento Ramôa e Juniele Rabêlo, é dedicado a uma temática original e ainda pouco explorada pelo movimento da História Pública. As autoras pretendem pensar a relação corpo-oralidade a partir da observação do trabalho de três professores da escola pública observando a relação narrativa-performance, buscando os múltiplos sentidos da atuação docente em sala de aula.

No artigo “Passados presentes: Usos da história oral e iniciativas de história pública em uma abordagem histórica sobre patrimônios e memórias afro-indígenas em Minas Gerais”, de Hebe Mattos, Josimere Alves Pereira e Rhonnel Américo, a partir das memórias dos detentores dos patrimônios negros em Minas Gerais, as autoras debatem questões sobre autoridade, autoridade compartilhada, conhecimento, saberes, memórias e experiências vividas, propondo uma epistemologia do diálogo na construção dos saberes históricos.

O artigo “Se as baías falassem: História oral e desindustrialização nociva nas Baías de Bizkaia (País Basco, Espanha) e Guanabara (Rio de Janeiro, Brasil)”, de Andrea Casa Nova Maia, David Beorlegui Zarranz e Lise Fernanda Sedrez, traz uma inovadora contribuição para os estudos de história ambiental ao investigar, através da metodologia da História Oral, os impactos do processo de desindustrialização urbana no meio ambiente e na vida dos trabalhadores que dependem das Baías urbanas para a realização de seus trabalhos.

Por fim, temos duas entrevistas:

As historiadoras Maria Helena Bedoya e Jimena Perry entrevistaram Carla Sagastegui, professora da Pontifícia Universidade do Peru, dedicada à produção de narrativas de História Pública e decolonialidade, através das relações entre História e literatura, comparando o discurso oficial com a história oral de populações indígenas.

Outra entrevista marcante foi realizada por Carla Rodeghero e Méri Frotscher com Alexander Freund, um dos principais nomes da História Oral e da História Pública nos dias de hoje. Partindo da experiência de Freund no Canadá, a entrevista explora as potencialidades de pensar uma História Oral com os refugiados e as populações indígenas, assim como pensar uma História Oral diante da tecnologia digital.

REFERÊNCIAS

- ALBERTI, Verena. *Manual de história oral*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getulio Vargas, 2004.
- BERTUCELLI, Lorenzo. Public History. Verso la maturità? Scelte e sfide di una “via italiana”. *Italia contemporanea*, v. 309, p. 152-172, 2025.
- CASELLATO, Alessandro. Buone pratiche per la storia orale: Un cantiere aperto. In: Alessandro Casellato. (Org.). *Buone pratiche per la storia orale: Guida all’uso*. Firenze: EditPress, p. 9-65, 2021.
- CASELLATO, Alessandro. História oral na Itália: Trajetórias e desafios. *História Oral*, v. 26, p. 155-167, 2023.
- FERREIRA, Marieta. *Usos e abusos da História Oral*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.

- FRISCH, Michael. A história pública não é uma via de mão única, ou de A shared Authority à cozinha digital, e vice-versa. In: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; Ricardo Santhiago. *História Pública no Brasil: Sentidos e itinerários*. São Paulo: Letra e Voz, 2016.
- GRIBAUDI, Gabriella. *La memoria, i traumi, la storia: La guerra e le catastrofi nel Novecento*. Roma: Viella, 2020.
- GOMES, Angela de Castro. *História Oral e Historiografia: Questões sensíveis*. 1. ed. São Paulo: Letra e Voz, 2020.
- JELIN, Elizabeth. *Los trabajos de la memoria*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Economica, 1998.
- KELLEY, Robert. Public History: Its Origins, Nature, and Prospects. *The Public History*. v. 1, n. 1, p. 16-28, 1978.
- MEIHY, José Carlos. S. B. *Manual de História Oral*. 4. ed. São Paulo: Loyola, 2002.
- PASSERINI, Luisa. *Storia e soggettività. Le fonti orali, la memoria*. Firenze: La Nuova Italia, 1988.
- PASSERINI, Luisa. *A memória entre política e emoção*. São Paulo: Letra e Voz, 2011.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.
- PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na História Oral. 1997. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História* São Paulo, v. 15, 2017.
- RICOUER, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.
- ROSA, Hartmut. *Accelerazione e alienazione. Per una teoria critica del tempo nella tarda modernità*. Torino: Einaudi, 2015.
- SANTHIAGO, Ricardo. Duas palavras, muitos significados: Alguns comentários sobre a história pública no Brasil. In: Ana Maria Mauad; Juniele Rabêlo de Almeida; Ricardo Santhiago. (Org.). *História pública no Brasil: Sentidos e itinerários*. 1 ed. São Paulo: Letra e Voz, v. 1, p. 23-36, 2016.
- TRAVERSO, Enzo. *O passado, modos de usar: História, memória e política*. Lisboa: Edições Unipop, 2012.